

CENTRO DE ESTUDOS MARXISTAS/CEMARX  
VIII COLÓQUIO INTERNACIONAL MARX/ENGELS  
GRUPO DE TRABALHO 10  
SUBTEMA: TRABALHADORES E TRANSIÇÃO SOCIALISTA  
TÍTULO DA COMUNICAÇÃO: A FRENTE POPULAR EM OPOSIÇÃO A  
HISTÓRIA: O CASO BRASILEIRO  
(Fábio José Cavalcanti de Queiroz<sup>1</sup> e Nivânia Amâncio<sup>2</sup>)

## INTRODUÇÃO:

Neste artigo, abordaremos o tema da Frente Popular, no Brasil, compreendendo uma análise interpretativa da sua gênese e significado, bem como dos seus reflexos para estratégia socialista.

Afora esta introdução, o artigo – que é o resultado de uma pesquisa em andamento - está dividido em três partes e mais as considerações finais. Na primeira parte traçamos um quadro da origem da Frente Popular no Brasil. A segunda é constituída pelo marco teórico-histórico geral. Na terceira parte, examinamos, não só o lugar da FP na história, mas vistoriamos muito rapidamente o significado dos governos do PT. Por fim, delineamos as considerações finais, cruzando as conclusões parciais com a questão do socialismo.

## HISTÓRIA SINCERA DA FRENTE POPULAR NO BRASIL: ANTECEDENTES HISTÓRICOS.

Os quatro volumes que compõem a *História sincera da república*, de Leôncio Basbaum, representam um esforço interpretativo de dar conta desse período da história brasileira. Com muito poucas ressalvas, esse é um trabalho no qual o tema da Frente Popular não está ausente.

Na hipótese do médico-historiador comunista, a FP era “uma contra-ofensiva à marcha ascendente da reação”. (BASBAUM, 1991:68) Por sua vez, no caso brasileiro, ela encontraria a sua representação mais viva, conforme descreve o autor, na ANL: “A Frente Popular não tardou a chegar ao Brasil e encontrou a sua expressão na Aliança Nacional Libertadora”. (IDEM). Ou seja: quase na mesma época em que a Internacional Comunista, num novo giro de 180°, saltou do ultra-esquerdismo de ocasião, que lhe caracterizou, de 1927 a 1934, para a política frentepopulista, aflorou, no Brasil, a experiência da ANL, cuja existência se estendeu de fins de 1934 a meados de 1935.

---

<sup>1</sup> Doutor em Sociologia e Professor Adjunto do Departamento de História da URCA.

<sup>2</sup> Mestranda em Educação e Professora da Rede Básica de Ensino.

Com efeito, a existência da Ação Nacional Libertadora se casava com as mudanças que se processavam no pensamento de Moscou, e, por extensão, na cúpula da III Internacional; mudanças que só se consolidariam em 1936, durante o VII Congresso da IC, quando essa política se desenhou como a principal resolução do evento.<sup>3</sup> Para Basbaum, a linha política da ANL, não só dava à frente ares de uma “Frente Única Anti-imperialista”, mas apontava para constituição de um “governo popular”. Julgamos, porém, ser essencial trazer a lume a seguinte ponderação do autor:

*Todavia, a ANL, embora criada pelo Partido Comunista, não era propriamente a execução de uma linha política traçada no exterior, seguindo o esquema internacional das frentes populares, ainda que resultante do mesmo espírito que as inspirou (BASBAUM, 1991:71).*

Em linha similar, ele completa:

*A ANL era, pois, antes de tudo, um organismo amplo das massas populares, de todas as classes sociais, principalmente o proletariado e as classes médias, destinado a uni-las em torno de objetivos comuns, dado que o PCB não tinha condições nem programa para atrair essas camadas. Seus objetivos, por isso mesmo, não eram comunistas, nem mesmo socialistas, e menos ainda constituir soviets, com que durante muito tempo os comunistas julgaram pode superar a etapa burguesa-democrática. (IDEM, P. 71)*

Nestas circunstâncias, Leôncio Basbaum admite que a aliança era uma “frente nacional”, ambicionando sacudir a tutela imperialista, o que exigiria atingir “camadas sociais muito distintas”. Logo, a missão dos comunistas não se estribava “em restringir a amplitude da frente”, e sim buscar a sua ampliação. Eis a letra e o espírito da política.

Desse ponto de vista, no Brasil, antes das experiências de França e Espanha, já funcionava o laboratório da FP, inspirado no espírito que impeliu os PCs, do mundo inteiro, aos braços da política policlassista. A ideia que lhe conferia peculiaridade era a de uma “vasta frente”. Assim, “todos os partidos, grupos, associações e personalidades democráticas contribuíram para o surgimento da ANL”. (VIANNA, 2011:144)

A volta de Prestes ao Brasil, em 1935, só reforçou o tom dessa política. A radicalidade na ação, perpetrada com o fito de derrubar Vargas, não anulava a estratégia etapista, inerente à lógica da FP. Neste aspecto, a síntese do historiador do PCB é

---

<sup>3</sup> Não por acaso, ao encerrar o VII Congresso da IC, Dimítrov afirmou: “Nosso congresso foi o congresso da nova orientação tática da Internacional Comunista”.

sintomática:

*Garantia Prestes que seria possível, com o seu nome e prestígio, com a ajuda prática do PCB e a ajuda teórica da IC, substituir o regime feudal-burguês por um governo, não soviético, ou socialista, como pensava ainda três anos antes, mas popular. (BASBAUM, 1991:74)*

Nota-se aí o caráter etapista da Frente Popular: se a tarefa era substituir o “regime feudal-burguês” por outro, que não era socialista, como se sabe, estava implícito o desenho que, depois, iria adquirir expressão mais meridiana. Desenho este perpassado pelo selo ineliminável do policlassismo.

Leôncio Basbaum se apoia em Berger,<sup>4</sup> “comunista experimentado”, para esclarecer a linha do partido, que, supostamente, corresponderia às características da época. Assim,

*A etapa atual da revolução, no Brasil, diz, é a de uma revolução nacional anti-imperialista. A finalidade desta etapa é: a criação da mais ampla frente popular (operários, camponeses, pequeno-burgueses e aquela parte da burguesia que é contra o imperialismo); instituição de um governo popular nacional revolucionário com Prestes à frente, e nas quais estão representadas as camadas acima. (BERGER Apud BASBAUM, 1991:86)*

Há um momento da circular escrita por Berger, da qual Basbaum retirou a passagem expressa há instantes, que prima pelo tom elucidativo: “Nesta primeira etapa, não organizaremos soviets, porque isso reduziria prematuramente a necessária larga frente popular”. (IDEM, P. 87) Aqui, o caráter amplo - característica da orientação interclassista - não declina da participação da “burguesia que luta contra o imperialismo”.

Oferecer uma descrição mais consistente do nosso objeto, no entanto, exige adentrar o núcleo de sua armação teórico-histórica. A nossa hipótese é que a FP, como política dos PCs, era uma ideia e uma prática impulsionadas já antes da realização do VII Congresso da III Internacional.

Tal percepção permite perceber que: 1) a questão da FP, que já se postulava na Rússia, no intervalo de tempo entre a queda do Czar e o triunfo da Revolução de Outubro; e, que 2) de algum modo, também, se insinuava na tática da IC para China, em

---

<sup>4</sup> Harry Berger era o pseudônimo político do comunista alemão Artur Ernest Ewerter, que, depois de torturado barbaramente pela polícia política getulista, e de muitos anos na prisão, foi devolvido à Alemanha, mentalmente devastado pelos flagelos que sofreu.

meados dos anos 1920; 3) como política sistemática e de longo prazo, porém, só é instaurada nos dois anos que separam a *débâcle* da política do 3º período da realização do VII Congresso da I.C.

A partir desse momento, no Brasil, é criada a ANL e o PCB dirige um movimento com o intuito de estabelecer um “governo popular”, no exato instante no qual, em França e Espanha, por exemplo, se lutava por objetivo semelhante. Nos países europeus, a FP se tornou governo, e esse fato se constituiu na antessala da ascensão de governos autocráticos; no Brasil, a insurreição de 1935 malogrou tristemente, e, na esteira desse naufrágio, Vargas preparou as condições para a instauração da ditadura. Em suma, essa diretiva abriu caminho, não para o socialismo, mas para saídas despóticas.

Não obstante o impacto desses fatos, durante e depois da 2ª Guerra Mundial, a FP se elevou à categoria de política permanente dos PCs. Aqui, malgrado as oscilações políticas do PCB, a ideia frentista, ou de simples colaboração, se tornou quase que uma crença messiânica. Eis a história sincera da Frente Popular, no Brasil, no que diz respeito aos seus mais recuados antecedentes.

## A FRENTEPOPULAR NO ESPELHO DA HISTÓRIA

Levantada como tática, a FP se tornou política duradoura, que, não obstante as enormes mutações que ocorreram de lá para cá, segue como norma para as organizações reformistas. Na variante mais ancestral, quando do VII Congresso da I.C, a sua fisionomia, formalmente, era de acordos defensivos ante o nazi-fascismo. Georgi Dimítrov, no discurso de encerramento, fez uma superposição obscena, mas consciente, da Frente Única Operária com a Frente Popular, e apregoou “a união dos trabalhadores em volta da classe operária numa vasta Frente Popular contra a ofensiva do capital, da reação e do fascismo”.

Essa questão ainda aparece como tema nebuloso, e, embora esteja ligada à extraordinária turbulência, aberta com a derrota do proletariado alemão e a ascensão de Hitler, não necessariamente nessa ordem, ela dissimula o fato de que Stálin-Dimítrov pretendiam desviar o foco de duas questões-chave: a primeira, certamente, tinha relação direta com o fracasso da política do “terceiro período”, que produziu o desastre alemão, e, a segunda, objetivamente, referia à circunstância de que a burocracia tirava proveito da situação para oficializar a contínua colaboração com a burguesia.

Neste aspecto, ao longo dos anos, se acentuou a coerência indissimulável entre

os objetivos do “frentismo” e o uso recorrente de expressões adjetivas, acompanhando o substantivo feminino burguesia, se tornando corriqueiras locuções como: nacional, democrática, progressista, anti-imperialista etc. Isso posto, a tática de unidade - supostamente temporária - se revelou um tipo de política em voga para toda uma época histórica, e não meramente um bloco circunstancial, assentado nas crescentes dificuldades imprimidas pela expansão nazi-fascista.

Não é de surpreender, então, que, em cada lugar, a “liquidação do isolamento” significou se aliar a Fulgêncio Batista, em Cuba, ou se unir às forças mais pró-imperialistas, na Argentina, em 1955, cuja resultante foi o golpe de Estado que depôs Perón, apenas para citar dois casos.

Nessas experiências se validou a afirmação de que “Um dos aspectos mais tradicionais das estratégias políticas do stalinismo é a subordinação a um ou outro setor da burguesia”. (ALMEIDA NETO, S/D:78)

Mais do que isso, a colaboração de classe produziu tal grau de desmoralização nas hostes comunistas, que, nos EUA, o dirigente do partido, que concorrera às eleições presidenciais, em 1936, contra Roosevelt, logo depois da liquidação da IC, pelo grupo de Stálin, propôs formalmente a unidade perpétua com a burguesia e o imperialismo. Carl Russel Browder virou sinônimo do mais completo revisionismo, dando origem à célebre expressão política conhecida como *browderismo*. A fúria contra Browder, no entanto, é passível de crítica, pois, em última instância, ele estava simplesmente sendo consequente com a noção dimitroviana de “liquidação do isolamento” e a sua imagem de um imperialismo democrático, com o qual se deveria colaborar.

Não demorou muito, e a burocracia elevou a sua política de colaboração de classe à ideia da “coexistência pacífica” do Estado soviético com o imperialismo. Assim, em nome de barrar o caminho do capital, da reação e do fascismo, os PCs se agarravam ao caminho do meio, nem fascista nem socialista, e que, numa rápida análise, confirmava a hipótese de Leon Trotsky, a saber: que a FP era a “colaboração de classes em benefício da burguesia”. (1994:188)

Coube a Trotsky examinar o fenômeno, definindo que, as duas variantes históricas, o fascismo, de um lado, e a Frente Popular, do outro, eram os últimos recursos da burguesia em meio à maior crise da história do regime social capitalista.

Estudando a experiência da FP, na França, o velho revolucionário revelou aquilo que o discurso de Dimítrov era incapaz de afigurar. Há indicadores objetivos de que o líder do Komintern fez uso da linguagem cifrada para simular algo que, *grosso modo*,

era o seu reverso, i.e, a defesa de uma aliança de classes imperecível com a burguesia, que, em seu discurso, é acobertada pela utilização de alguns termos de entono radical.

Se a referência de Dimítrov era a França, é exatamente este o país que serve a Trotsky de arrimo em sua crítica à estratégia frentepopulista. Ele constata o aspecto eleitoral que contamina a frente, bem como faz a crítica da presumida conquista dos estratos médios, com suporte nessa linha. Para o autor de Aonde vai a França (?),

*Uma verdadeira aliança do proletariado e das classes médias não é uma questão de estatística parlamentar, mas de dinâmica revolucionária. É preciso criar essa aliança, forjá-la na luta. (TROTSKY, 1994:58)*

Esta é a atitude teórica e política básica que pautou as posições do inspirador da IV Internacional, perante a Frente Popular, distinguindo-a da Frente Única, uma tática defensiva para mover as massas diante da ofensiva nazi-fascista. A FP, porém, se revelou “tática” permanente a serviço do eleitoralismo reformista (o que Broué designou de “via parlamentar sem saída”). Não é, pois, de se admirar que, criticando a experiência francesa, Trotsky elevou o tom da sua crítica:

*A “Frente Popular” é uma aliança do proletariado com a burguesia imperialista, representada pelo partido radical, e outros despojos da mesma espécie e menor envergadura. Esta aliança se estende ao terreno parlamentar (TROTSKY, 1994:117)*

Em suma, sem querer ignorar a complexidade do processo, o que define a “doutrina” frentepopulista, em última hipótese, é a aliança de organizações, do campo da classe trabalhadora, com representações de outras classes, e, grandemente, da burguesia, constituindo um recurso para preservar a ordem do capital, e não uma via na transição ao socialismo. É isso o que se repara no espelho da história.

## A FRENTE POPULAR EM OPOSIÇÃO A HISTÓRIA

Em 2016 serão lembrados os 80 anos da constituição oficial da política de Frente Popular, quando da realização do VII Congresso da I.C, já completamente stalinizada.

As tragédias históricas, oriundas da aplicação dessa política, não são obstáculos para que a sua repetição seja insanamente reiterada. Na América Latina, a pungente memória da catástrofe chilena, de 1973, ainda hoje se inscreve como uma lição impossível de esquecer. Paradoxalmente, segmentos majoritários, no campo da

esquerda, se recusam a admitir o conteúdo mais profundo dessa lição e a política frentepopulista segue sendo aplicada, a despeito dos infortúnios - próximos e afastados.

Resta tentar entender os processos que conduzem à formação de condomínios frentepopulistas, não obstante o fato de cada experiência engendrar maior desmoralização de líderes da FP e a desmobilização da classe trabalhadora, desaferrolhando portas para a entrada em cena de alternativas abertamente reacionárias.

Uma rápida análise nos permite observar que se confirma a hipótese de Trotsky, de que os representantes frentepopulistas, não raro, se comportam como “servos do capital financeiro”. Além disso, a FP aceita naturalmente o regime democrático-burguês, e ao se inserir no âmbito da lógica da cidadania e ao largo da questão classista, mescla inarredavelmente a sua história com a prática mais rotineira da conciliação de classe e abre mão de qualquer veleidade socialista.

Hoje, o relativo desgaste da ideia de Frente Popular faz com ela ressurja com outras denominações, dentre elas, a mais notória, é a do “governo democrático e popular”. A mudança da denominação não invalida o seu conteúdo. No limite, a representação mental é idêntica: uma longa e indeterminada etapa de aliança com setores da burguesia “democrática”. À luz da história, essa representação, sem dúvida, sente falta de lucidez teórica. Além do mais, a busca de uma burguesia “que é contra o imperialismo”, há muito tempo, deixou de ser objeto de definição do caráter dos aliados. Com o “petismo”, essa particularidade, não só sumiu do discurso, mas esse tipo de governo “anormal” já não se submete a riscos severos de intervenções truculentas.

Do VII congresso da I.C aos dias de hoje, assim como do esboço de Frente Popular, na experiência da ANL até o quarto governo frentepopulista consecutivo, no Brasil, há indícios que revelam que essa diretriz não fortaleceu a classe operária, mas, inversamente, representou, para a sua consciência, não mais do que um monumental retrocesso. As consignas, com suporte na orientação interclassista, de ordinário, representam um passo atrás no processo de formação da consciência de classe socialista, vociferando lemas como o da “coexistência pacífica”, ontem, e o da “inserção soberana”, hoje, cujos conteúdos, no essencial, não divergem; do mesmo modo, se pode dizer do “Brasil de todos”, no passado recente, e do “Brasil, pátria educadora”, no mandato em curso da presidenta Dilma Rousseff.

A nós, cabe esclarecer que esse debate não se assenta em parâmetros táticos. Trata-se de polêmica estratégica que divide águas entre os marxistas. Vivemos uma época em que as questões estratégicas parecem ter perdido o antigo vigor, sucumbindo

ao encanto suspeito do taticismo. Nesse sentido, a discussão sobre a FP implica ir além desses limites regulares, retomando, a fundo, o debate da transição socialista.

A pergunta que tende a orientar este debate é uma só: não é hora de redimir a história em oposição à Frente Popular e voltar a discutir seriamente o socialismo?

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta é uma investigação em curso, com resultados parciais. Por exemplo, a parte que diz respeito ao programa da FP, exige ampla pesquisa. Independentemente disso, diríamos que as conclusões que saltam desse estudo preliminar podem ser resumidas nos seguintes pressupostos: 1) Não obstante o impacto das tragédias ligadas à história da FP, essa política segue como uma ferramenta usada com frequência por forças que se afirmam de esquerda; 2) O traço que permanece imutável no terreno dessa experiência é a orientação interclassista; 3) No caso brasileiro, a antessala da política em exame se concretizou na ANL, encontrando a sua forma contemporânea no “governo democrático e popular”, encabeçado pelo PT.

Não se deve esquecer que a Frente Popular, ao longo do século passado e, agora, alcançando o século XXI, se revelou vivamente, não um agente da transição socialista, mas um obstáculo à sua consumação. Logo, esse debate não tem um interesse puramente teórico. Entender o sentido dessa política é essencial para a militância marxista e o seu projeto de transformação social.

## BIBLIOGRAFIA:

BASBAUM, Leôncio. **História sincera da república** (de 1930 a 1960), 6ª Ed., São Paulo: Alfa-Omega, 1991.

BROUÉ, Pierre. **A revolução espanhola**, São Paulo: Perspectiva, 1992.

DIMÍTROV, Georgi. **O verdadeiro senhor do mundo é o proletariado**, in: file:///C:/Documents and Settings (acesso em 03/01/2015).

NETO ALMEIDA, Eduardo. **Brasil; reforma ou revolução (?)**, S/L: Cadernos Marxistas, S/D.

TROTSKY, Leon. **Aonde vai a França (?)**, São Paulo: Desafio, 1994.

VIANNA, Marly de Almeida Gomes. **Revolucionários de 1935 – sonho e realidade**, São Paulo: Expressão Popular, 2011.